



Diário Oficial do Poder Legislativo

1ª Sessão Legislativa
da 12ª Legislatura

ANO XLIV

RIO BRANCO - AC, 2 DE MAIO DE 2007

N.º 3605

MESA DIRETORA

EDVALDO MAGALHÃES
Presidente

JUAREZ LEITÃO
1º Secretário

ELSON SANTIAGO
2º Secretário

HELDER PAIVA
1º Vice- Presidente

ANTONIA SALES
2ª Vice- Presidenta

WALTER PRADO
3º Secretário

NOGUEIRA LIMA
4º Secretário

GABINETE DAS LIDERANÇAS

PT - Taumaturgo Lima

PMDB - Chagas Romão

PSDB - Donald Fernandes

BPR - Moisés Diniz

PP - Maria Antonia

PSB - Delorgem Campos

DEM - Nogueira Lima

PPS - Idalina Onofre

PMN - José Luis

PDT - Luiz Calixto

PTN - Zé Carlos

PT do B - Gilberto Diniz

LIDER DO GOVERNO - Francisco Cartaxo

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PT - Chigo Viga, Francisco Cartaxo,
Juarez Leitão, Mazinho Serafim, Naluh
Gouveia, Perpétua de Sá, Taumaturgo
Lima.

PPS - Idalina Onofre.

PMDB - Antônia Sales, Chagas Romão.

PSDB - Donald Fernandes, Luiz Gonzaga.

BPR - Edvaldo Magalhães, Moisés Diniz,
Helder Paiva.

PSB - Delorgem Campos, Walter Prado.

PMN - José Luis.

PDT - Luiz Calixto.

PP - Maria Antonia, Elson Santiago.

PTN - Zé Carlos.

PT do B - Gilberto Diniz.

DEM - Nogueira Lima

25ª SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA

Realizada em 26 de abril de 2007

Presidência: Deputado **JUAREZ LEITÃO** e **HELDER PAIVA**Secretaria: Deputado **CHICO VIGA**

PRESENTES: Deputados **CHICO VIGA**, **JUAREZ LEITÃO**, **MAZINHO SERAFIM**, **NALUH GOUVEIA**, do **PT**; **MOISÉS DINIZ**, **HELDER PAIVA**, do **BPR**; **ANTONIA SALES**, **CHAGAS ROMÃO**, do **PMDB**; **DONALD FERNANDES**, **LUIZ GONZAGA**, do **PSDB**; **ELSON SANTIAGO**, **MARIA ANTONIA**, do **PP**; **DELORGEM CAMPOS**, **WALTER PRADO**, do **PSB**; **NOGUEIRA LIMA**, do **DEM**; **IDALINA ONOFRE**, do **PPS**.

AUSENTES: Deputados **FRANCISCO CARTAXO**, **PERPÉTUA DE SÁ**, **TAUMATURGO LIMA**, do **PT**; **EDVALDO MAGALHÃES**, do **BPR**; **JOSÉ LUÍS**, do **PMN**; **LUIZ CALIXTO**, do **PDT**; **ZÉ CARLOS**, do **PTN**; **GILBERTO DINIZ**, do **PT do B**.

O Senhor Presidente (**JUAREZ LEITÃO**) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos e dado o adiantado da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicitamos ao Senhor Secretário proceder à leitura do Expediente.

EXPEDIENTE

OF/N. 462/GAB, da Secretária de Estado da Gestão Administrativa, Senhora Flora Valadares Coelho, solicitando informações, decorrente de vínculo empregatício, sobre os nomes constantes dos editais n. 79/2007 – SGA – Técnico em Gestão Pública e 80/2007 – Gestor de Políticas Públicas, em anexo;

TCE-ACRE/SS/OF/N. 312/2007, do Presidente do TCE/ACRE, Conselheiro José Eugênio de Leão Braga, encaminhando cópia do processo n. 18.454.2006-75 – TCE/AC, concernente ao Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Estado do Acre, relativo ao 2º trimestre de 2004, de responsabilidade do Conselheiro Antonio Jorge Malheiro – Presidente à época;

TCE-ACRE/SS/OF/N. 301/2007, do Presidente do TCE/ACRE, em exercício, Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro, encaminhando cópia do apurado (Decisão, Relatório e Voto do Conselheiro-relator), exarado no Processo n. 13. 859.2001-00 – TCE/AC, Prestação de Contas da Empresa de Processamento de Dados do Acre S/A – ACREDATA, exercício de 2000, de responsabilidade do Senhor José de Anchieta Batista, Diretor-Presidente à época;

TCE-ACRE/SS/OF/N. 311/2007, do Presidente do TCE/ACRE, Conselheiro José Eugênio de Leão Braga, encaminhando cópia o Processo n. 18.455.2006-86 – TCE/AC, concernente ao Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Estado do Acre, relativo ao 3º trimestre de 2004, de responsabilidade do Conselheiro Antonio Jorge Malheiro – Presidente à época;

TCE-ACRE/SS/OF/N. 307/2007, do Presidente do TCE/ACRE, Conselheiro José Eugênio de Leão Braga, encaminhando cópia o Processo n. 18.457.2006-98 – TCE/AC, concernente ao Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Estado do Acre, relativo ao 2º trimestre de 2003, de responsabilidade do Conselheiro Antonio Jorge Malheiro – Presidente à época;

Memorando, do Deputado Donald Fernandes, comunicando que estaria ausente das Sessões nos dias 02 e 03 de maio do corrente;

OF.GAB./N. 004/07, do Deputado Mazinho Serafim, comunicando que estaria ausente dos trabalhos da Casa no período de 09 a 13 de maio do ano em curso;

Indicação n. 28/2007, acompanhada de justificativa, de autoria da Deputada **Antonia Sales**, solicitando que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Acre, para que junto à Secretaria de Estado de Saúde, providencie a implantação de um hospital materno infantil no Município de Cruzeiro do Sul;

Projeto de Lei n. 11/2007, acompanhado de justificativa, de autoria da Deputada **Antonia Sales**, o qual “Dispõe sobre milhagem oferecidas pelas Companhias de Transportes Aéreos quando as passagens forem adquiridas com recursos públicos”.

PEQUENO EXPEDIENTE

Deputado **DONALD FERNANDES** (Líder do PSDB) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, bom dia. Inicialmente, gostaríamos de apresentar a proposta de Emenda a Constituição do Estado de n. 170, revogando o artigo 177, que trata da pensão de ex-Governadores. Não conseguimos as assinaturas necessárias, por isso estamos apresentando essa matéria em plenário e o fazemos porque estendemos que é uma injustiça com todos os trabalhadores, que contribuem com INSS e outros impostos e somente depois de 35 anos é que temos o direito de nos aposentar. E um ex-Governador que passou apenas 4 anos no Poder, sem gastar luz, telefone, gasolina, absolutamente nada, tem o direito de se aposentar com uma pensão integral e vitalícia. Não creio que isso seja justo.

Em segundo lugar, queríamos cumprimentar a categoria dos técnicos de radiologia, na pessoa do Jean e do Saulo, que estão aqui na Assembléia para fazer uma das solicitações que considero uma das mais justas. O Decreto 92.790/86, que regulamenta todas as profissões dos técnicos em radiologia, no artigo 30 diz: “A jornada de trabalho dos profissionais abrangidos por este Decreto será de 14 (vinte e quatro) horas semanais”.

No entanto, o ex-Governador Jorge Viana com a Lei n. 1776, de 9 de maio de 2006, vinte anos depois do Decreto Presidencial, estipulou o seguinte: “Fica assegurado aos servidores que não fizerem a opção de que trata o § 1º deste artigo o direito de permanecer recebendo seus vencimentos de acordo com as escalas de padrões de vencimentos atualmente vigentes para os quadros de profissionais a que pertencem, mantidas as atuais referências de seus cargos e jornada de trabalho de quarenta horas semanais, salvo as carreiras em que lei específica estabelece duração diversa”.

Francamente, isso é ilegal. Só Deus sabe como ele aprovou essa lei para os profissionais de radiologia, que realmente têm que ter uma proteção muito grande, caso contrário, ficarão muito doentes no exercício da profissão, trabalhando 40 horas, de maneira ilegal, mas há uma lei federal que os protege.

Só um governo extremamente prepotente e ditador poderia fazer uma coisa desse tipo. Não é justo o que estão fazendo com os profissionais de radiologia, os quais se expõem à radiação diariamente. Fora essa irregularidade, eles ainda não estão recebendo o adicional de risco de vida ou insalubridade.

E eu pergunto: quem de nós trabalharia tantos anos recebendo radiação, sem a devida proteção do risco de vida e de insalubridade?

Vou pedir à Mesa Diretora que marque uma reunião com essa categoria, a fim de que a reivindicação de todos vocês faça parte do PCCR, pois vocês merecem. Estou do lado de vocês e creio que a maioria dos Deputados também.

Muito obrigado.

(Sem revisão do orador)

Deputado **MAZINHO SERAFIM** (PT) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, estou vindo a esta tribuna para justificar a minha ausência de 9 a 13 de maio, pois estarei em São Paulo, participando da vinda ao Brasil, do Santo Padre, o Papa Bento XVI; juntamente com os recuperandos da Fazenda Esperança de Sena Madureira.

São jovens que tentam se integrar à sociedade e que estão trabalhando e estudando. É um trabalho muito bonito que a Igreja Católica vem realizando naquele município. Inclusive, esse trabalho de recuperação existe em quase todo Brasil, pelo menos, uma fazenda em cada Estado. Sendo assim, estaremos juntamente, com milhares de jovens de outros Estados em São Paulo, participando de toda a programação. Serão vinte dias de atividades.

Portanto, quero agradecer aqui o Presidente Edvaldo Magalhães por ter dado essa oportunidade de acompanhar esses jovens até São Paulo. A Igreja Católica, de Sena Madureira, vem fazendo um trabalho de recuperação de jovens dependentes químicos, na Fazenda Esperança. Lá eles participam de atividades esportivas, culturais. E também são desenvolvidas trabalhos que recuperam os valores morais.

(Sem revisão do orador)

Deputado **MOISÉS DINIZ** (Líder do BPR) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero dizer ao Deputado Donald Fernandes que a bandeira em defesa dos técnicos em radiografia é justa e humanista, pois defende a vida. E V. Exa. ao apresentar a readequação da Lei Estadual à Legislação Federal, com certeza, terá 24 votos aqui, porque

eu acredito que ninguém se colocará contra a defesa da vida. Parabéns, Deputado Donald Fernandes!

Eu gostaria de propor aqui, algo que foi proposto na Câmara Federal. Ontem, eu estava numa passeata contra a Emenda três e contra o aumento da passagem de ônibus. E anteontem, eu iniciei uma discussão em defesa da carreira de médicos com bons salários e com estágio probatório no interior. Portanto, ninguém pode dizer que eu estou apresentando propostas que nada tem a ver com a história e a luta do povo.

Através de requerimento, eu estou propondo que façamos uma bela homenagem nesta Casa à novelista acreana Glória Perez com a presença de representantes de escolas, de trabalhadores, de empresários e dos membros da Academia Acreana de Letras. A Glória Perez vai ser homenageada no Congresso Nacional, Deputado Walter Prado, e nós aqui ainda não prestamos essa justa homenagem a acreana que pegou o Acre pequeninho e colocou na tela da Globo, para todo o Brasil e para o mundo. É lógico que alguns jornalistas, de forma justa e outras de forma equivocada, levantaram questionamentos sobre a minissérie.

Deputada Antonia Sales, quem acompanhou a divulgação da minissérie pela Imprensa pôde perceber que quase ninguém questionou o que foi abordado na primeira fase, porque o período histórico está mais longe; porém quando foi retratado o período do Chico Mendes houve muitos questionamentos por parte de personalidades que não participaram. Até porque faz parte da história recente do nosso Estado. Então, é natural que haja questionamentos, mas o essencial é que foi colocada a história do Acre lá fora. Já foi retratada no Brasil, a história de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, mas nunca um pequenino Estado como o nosso teve retratada sua bonita e grandiosa história. Então, isso que é importante. Se houve falhas, se houve lacunas históricas é porque é uma minissérie. O próprio nome já está dizendo, é uma novela reduzida; não é um documentário frio.

Os historiadores lá da Universidade estão questionando fatos do tempo de Plácido de Castro. Aqui, há muitos cristãos, católicos e evangélicos. E certamente, todos eles têm um Pôncio Pilatos. Um homem bom que lavou as mãos e não quis matar Jesus. E disse que quem matou Jesus foram os Sumo Sacerdotes, os escribas, os fariseus. Essa é uma grande mentira histórica. Pôncio Pilatos foi um criminoso, pois a legislação romana não permitia soltar nenhum criminoso na época da Páscoa. Para a população, Barrabás era um criminoso; mas pelo contrário, Barrabás era um guerrilheiro, como Asfark que defendia a expulsão do Império Romano. Então, a história é contada de várias maneiras. A novelista acreana Glória Peres contou a história do Acre com a sua emoção e mostrou sua beleza. Portanto, eu venho aqui, Deputado Walter Prado, propor uma bela Sessão Solene em homenagem à novelista Glória Peres. E que possamos trazer o diretor da novela, o dono da Rede Globo e o ex-Governador Jorge Viana, porque se não fosse ele, não teria havido a minissérie.

E por fim Deputado Walter Prado, eu quero dizer a V. Exa. que se indigna com determinadas injustiças, que hoje de manhã, eu li um jornal que traz a seguinte frase: “A gente rir para não chorar”. Tal frase diz respeito aos fiscais do Ibama, Senhor Presidente, que não prendem os criminosos que estão roubando a madeira do Acre e nem vão no ramal Porto Alonso, onde estão tirando madeira indiscriminadamente. E agora, Deputada Antonia Sales, os bacaninhas, os bonitinhos do Ibama foram no Kupichwa e apreenderam uma flecha e um cocar dos índios, porque tinham penas de arara. V. Exas. sabiam disso? Olha só, onde o Ibama chegou, Deputado Juarez! O Ibama também vai em Feijó, multa o seringueiro e prende o carvão. Como se isso não bastasse, agora os fiscais estão prendendo cocar e flecha de índio, mas os grandes criminosos estão soltos.

Nós da Assembléia Legislativa precisamos tomar uma providência sobre a atuação dos órgãos ambientais. E o Deputado Walter Prado, que é da área jurídica, vai fazer um pronunciamento, no sentido de pedir o apoio de todos os Parlamentares, para encontrarmos uma maneira de solucionar esse problema.

Muito obrigado, Senhor Presidente!
(Sem revisão do orador)

Deputa **WALTER PRADO** (PSB) – Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, amigos e amigas que se encontram no salão do Povo. Quero dizer que a proposta do Deputado Donald Fernandes, com certeza, terá o meu apoio, porque entendo, Deputado Moisés Diniz, que a dignidade humana está sobre todos e sobre tudo. E justa a proposta do Deputado Donald Fernandes, bem como a sua sugestão de homenagear a escritora Glória Peres em virtude de tudo que foi mostrado a respeito do Acre.

Maio é o mês das flores e das mães, mas é também o início, Deputado Donald, do verão amazônico. Deputado Moisés Diniz, vamos

falar hoje e aprofundar o debate na terça-feira, um assunto referente a dignidade humana do nosso povo, especialmente dos trabalhadores rurais, dos agricultores de Feijó e Tarauacá.

Há um princípio jurídico de que nenhuma pena ou proibição pode atentar contra a dignidade humana, que é o valor principal do Estado democrático e constitucional, porque a vida está em primeiro lugar. E o que eu quero debater nesta Casa, é um assunto sério que afeta milhares de trabalhadores durante o verão; pois os mesmos, por necessidade, praticam o furto famélico, isto ocorre quando uma pessoa pega alguma coisa escondida para comer. Isso não é considerado crime. A mercadoria de uma aeronave, de um navio que está em perigo pode ser jogada fora sem que isso se caracterize como delito, embora a lei preveja a indenização, aí se sobrepõe o estado de necessidade; a morte de um animal que ataca uma pessoa. Estou citando esses exemplos para chegar exatamente onde eu quero. Há mais de cem anos os nossos trabalhadores rurais, os seringueiros, trabalham para sustentar sua família. Quem nunca passou fome não sabe o que é, não ter nada para alimentar seus filhos. Os nossos caboclos, os nossos florestanos precisam plantar os seus roçados em Tarauacá, Feijó e em regiões que não têm outra alternativa para a sobrevivência senão for o trabalho na agricultura.

Quero alertar os órgãos competentes como Ibama e Imac, já que este é o primeiro verão que passarei como procurador das pessoas que me elegeram, para depois não dizerem que estamos tomando medidas radicais, no sentido de colocarem em Tarauacá e Feijó, agentes para concederem licenciamento às pessoas que precisam plantar para sustento de sua família.

Deputado Moisés Diniz, quero contar com o vosso apoio e da Assembléia Legislativa, pois isso é uma necessidade, não há concepção nenhuma nem amparo jurídico legal que se sobrepõe a este fato.

Ano passado tivemos uma notícia triste, ainda não tinha assumido o mandato, portanto não pude fazer nada, mas presenciei ações da polícia com metralhadoras e pistolas, invadindo casa de seringueiros e trabalhadores rurais como se fossem bandidos.

Deputado Donald, quero conchamar o apoio da Assembléia, e dizer que não precisa usar polícia para fiscalizar os trabalhadores de Feijó e Tarauacá, porque eles não são bandidos. Precisamos de policiais para combater o crime aqui em Rio Branco, onde o índice de violência é alto. Então, é esse meu apelo, devemos apresentar, na terça-feira, uma convocação, aos responsáveis por essa licença e informá-los que quando o seringueiro faz roçado é para sobreviver, para criar sua família. Eles não estão cometendo nenhum crime e muitas vezes esses agricultores são multados em trinta, quarenta mil reais. Quero dizer que vamos lutar para assegurar a dignidade dos nossos trabalhadores, para que eles possam fazer seus roçados sem trazer nenhum prejuízo ambiental.

(Sem revisão do orador)

Deputada **ANTONIA SALES** (PMDB) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, ouvintes que se encontram presentes no Salão do Povo, Imprensa, Deputado Walter Prado o tema abordado aqui por V. Exa. é de suma importância e precisa do apoio de todos nós Parlamentares que representamos os municípios, haja vista que conhecemos o sofrimento do agricultor, do pai de família que mora na floresta.

O Deputado Moisés Diniz fez aqui um relato dizendo que o Ibama apreendeu cocar e flecha do índio. Quero dizer que eu também já presenciei, ano passado, em agosto, Deputado Walter Prado, quando eu fui no ramal 13, especificamente no Projeto Santa Luzia, a dor de um rapaz, recentemente casado, chorando, porque um funcionário do Ibama tinha apreendido a madeira quadrada de sua casa, que estava dentro do terreno do seu pai. E o fiscal ainda disse: “Fica aí preso que amanhã eu venho dizer quanto será o valor da multa”. O rapaz chorava e dizia: “Eu não tenho condições de pagar essa multa, até porque nós vivemos da agricultura e essa árvore foi tirada de dentro do terreno do meu pai”. Então, Senhores Deputados, vejamos em que situação o Ibama nos deixam agindo assim com dois pesos e duas medidas. Na época, dormimos nesse ramal e vimos carretas de toras de madeiras nos caminhões, sendo levadas para as grandes serrarias para fazer pranchões e serem enviadas para a Holanda. Eles não são impedidos e nem molestados por nada, já um simples trabalhador, dono da sua terra é impedido até de construir sua própria casa. Aconteceu também que um rapaz foi tirar cipó para fazer vassouras e foi preso. Era o seu meio de sobrevivência.

Eu me formei em administração, com habilitação ambiental, então, eu sou contra quem devasta a natureza, mas um grande conhecedor da lei dizia: “A natureza é para servir o homem de maneira racional”. Deus criou a natureza para que dela o homem pudesse usufruir, de forma racional. Então, o que nós vemos hoje é que o agricultor não pode trabalhar, porque

acham que ele vai devastar a floresta; aqueles pequenos produtores que tira seu sustento da lavoura, não pode derrubar nada, enquanto que os grandes produtores estão queimando, derrubando e devastando a floresta e nada acontece com eles. Nós temos que repensar uma maneira de reverter essa atitude do Ibama, porque isso não é normal. Está na hora do Presidente desta Casa convidar o Superintendente do Ibama para dar melhores esclarecimentos.

Quero me solidarizar com os servidores da Saúde que se encontram presentes no Salão do Povo, especialmente aqueles que trabalham na radiologia, que estão colocando em risco suas vidas. O Deputado Donald Fernandes conhece com mais propriedade o teor da Lei Federal, que diz que os Senhores só podem trabalhar 24 horas e, aqui, cumprem 40 horas. Os Senhores não são camundongos de laboratório, para ver até quando a saúde de vocês vai agüentar. Então, não é justo que tratem esses servidores de forma diferenciada do que diz a Lei.

Quero parabenizar aqui o grupo de escoteiros do Brasil, que estão hoje, completando 100 anos de existência, ocasião em que participarão do lançamento do sêlo dos escoteiros. O escoteirismo é um movimento de liderança com valores éticos, os quais aprendem a valorizar o meio ambiente e as pessoas porque eles têm o seu lado humano, ou seja, protegendo os fracos e os humildes.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Senhores Deputados, há uma solicitação aqui na Mesa, para que esta Casa receba, neste momento, o representante dos estudantes e essa solicitação foi feita pelo Secretário deste Poder. Então, iremos suspender o Grande Expediente e convidamos os Senhores Deputados a permanecerem no plenário.

Gostaria de informar também que estive enfermo e ainda estou em processo de convalescência, por isso deixo a direção dos trabalhos com o Primeiro Secretário geral.

Está suspensa a presente Sessão. (PAUSA)

Reaberta a Sessão, consideramos prejudicado o Grande Expediente.

ORDEM DO DIA

Aberta a Ordem do Dia, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 7/2007, de autoria do Poder Executivo, que “Altera dispositivo da Lei n. 1.513, de 11 de novembro de 2003”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 12 votos.

O Senhor Presidente (**JUAREZ LEITÃO**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá a Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 8/2007, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 12 votos.

O Senhor Presidente (**JUAREZ LEITÃO**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá a Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 34/2007, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado Delorgem Campos, “Solicitando que seja encaminhado expediente ao Presidente da Comissão de Legislação Agrária e fomento, Agropecuária Indústria e Comércio, Ciências e Tecnologia e Meio Ambiente, no sentido de receber na Sessão Ordinária do dia 02 de maio do ano corrente, uma comissão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Epitaciolândia, juntamente com o Prefeito do município e Vereadores”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 12 votos.

O Senhor Presidente (**JUAREZ LEITÃO**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 35/

2007, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado Moisés Diniz, que “Solicitando que seja agendada uma Sessão Solene em homenagem à novelista acreana Glória Peres, pela autoria da Minissérie Amazônia de Galvez a Chico Mendes e ao ex-Governador Jorge Viana, pela viabilização do empreendimento”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 12 votos.

O Senhor Presidente (**JUAREZ LEITÃO**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 37/2007, de autoria do Deputado Gilberto Diniz, “Solicitando o agendamento de uma Audiência Pública no Município de Sena Madureira no dia 02/05/2007, para que a Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação, juntamente com o Coordenador do “Programa Luz Para Todos”, o Senhor Tácio de Brito, recebam no mencionado Município, as Associações de Produtores Rurais, Cooperativas de Produtores Rurais e Sindicatos Rural e Ribeirinhos, a fim de prestarem esclarecimentos sobre a universalização do acesso e uso da Energia Elétrica”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 14 votos.

O Senhor Presidente (**JUAREZ LEITÃO**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 38/2007, de autoria do Deputado José Carlos, “Solicitando seu afastamento dos trabalhos legislativos no período de 26/04/2007 a 10/05/2007 (15 dias), por motivo de saúde, conforme atestado médico”.

Em discussão, não houve oradores.

O Senhor Presidente (**JUAREZ LEITÃO**) - Comunicamos ao Deputado José Carlos, que o Requerimento de V. Exa. foi deferido.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 36/2007, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado Nogueira Lima, com apoio de 16 Parlamentares, “Solicitando que seja encaminhado expediente ao Ministério Público do Estado do Acre, no sentido de averiguar a legalidade da instalação de radares móveis na Via Chico Mendes, nesta Capital, bem como determinar a suspensão do funcionamento dos referidos radares”.

Em discussão, usou da palavra:

Deputado **NOGUEIRA LIMA** (Líder do DEM) - Senhor Presidente, este Requerimento está assinado por todos os Deputados da Assembléia Legislativa. Falta só a assinatura de V. Exa.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Comunicamos ao ilustre Deputado Nogueira Lima que o Requerimento de V. Exa. foi deferido, considerando que o mesmo já conta com as assinaturas necessárias.

Está encerrada a Ordem do Dia.

EXPLICAÇÃO PESSOAL

O Senhor Presidente (**JUAREZ LEITÃO**) – Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão e convocamos outra para dia e hora regimental.

26ª SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA

Realizada em 2 de maio de 2007

Presidência: Deputado **EDVALDO MAGALHÃES**

Secretaria: Deputado **NOGUEIRA LIMA**

PRESENTES: Deputados **CHICO VIGA**, **JUAREZ LEITÃO**, **MAZINHO SERAFIM**, **NALUH GOUVEIA**, **PERPÉtua DE SÁ**, do **PT**; **EDVALDO MAGALHÃES**, **MOISÉS DINIZ**, **HELDER PAIVA**, do **BPR**; **ANTONIA SALES**, **CHAGAS ROMÃO**, do **PMDB**; **LUIZ GONZAGA**, do **PSDB**; **ELSON SANTIAGO**, **MARIA ANTONIA**, do **PP**; **DELORGEM CAMPOS**, **WALTER PRADO**, do **PSB**; **NOGUEIRA LIMA**, do **DEM**; **IDALINA ONOFRE**, do **PPS**; **JOSÉ LUÍS**, do **PMN**; **LUIZ CALIXTO**, do **PDT**; **GILBERTO DINIZ**, do **PT do B**.

AUSENTES: Deputados FRANCISCO CARTAXO, TAUMATURGO LIMA, do **PT**; DONALD FERNANDES, do **PSDB**; ZÉ CARLOS, do **PTN**.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos e dado o adiantado da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicitamos ao Senhor Secretário proceder à leitura do Expediente.

EXPEDIENTE

Ofício n. 211/PRESI-GAB, do Senhor José de Anchieta Batista, Diretor-Presidente do Instituto de Previdência do Estado do Acre, informando sobre a vinculação Previdenciária dos Deputados;

ESCVA/OF N. 616, da Senhora Joelma Batista Machado, Escrivã da 1ª Vara Criminal da Comarca de Rio Branco, comunicando que o Servidor Mário Jorge Café de Oliveira, agente de Segurança do Poder Legislativo, será ouvido como testemunha arrolada pela acusação nos Autos n. 001.99.000212-9, no dia 14/05/2007;

Proposta de Emenda à Constituição n. 01/2007, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado Donald Fernandes, com apoio de 11 Deputados, que “Revoga o Art. 77 da Constituição Estadual”;

Indicação n. 29/2007, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado **Mazinho Serafim**, solicitando que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Celso Santos Mateus, Diretor Presidente da Eletroacre, sugerindo a criação de uma tarifação *horo-sazonal* verde em horário de Ponta, através de um mapeamento e estudos objetivando uma revisão, atualização e consolidação as disposições referentes às condições gerais de fornecimento de energia elétrica;

Indicação n. 30/2007, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado **Walter Prado**, solicitando que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Acre, no sentido de criar gestão pública junto a Companhia de Eletricidade do Acre – Eletrocre;

Recomendação n. 004/2007, da Senhora Gilcely Evangelista de Araújo Souza, Promotora de Justiça, recomendando: 1. Aos Senhores Gestores Públicos e Diretores de Empresas Privadas que adotem providências para excluir a exigência em editais da realização de exames sorológicos para testagem de HIV para os candidatos inscritos e/ou aprovados em concurso público, bem como em seleção e/ou concurso de cargo de empresas particulares, vez que se trata de realização de exame voluntário e confidencial, não podendo sua testagem ser exigida para admissão e/ou permanência em cargo público ou privado; 2. Que a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa suspenda a exigência de realização de exames sorológicos para testagem de HIV para os candidatos inscritos e/ou aprovados nos concursos públicos realizados pelo Estado, por tratar-se de exigência que vai de encontro às Cláusulas imutáveis da Constituição da República Federativa do Brasil; 3. Aos Senhores Diretores de Empresas Privadas que também suspenda a exigência de realização de exames sorológicos para testagem de HIV para admissão e/ou permanência nos cargos da empresa e 4. Estipula-se o prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento desta, para que os Senhores Gestores Públicos e Senhores Diretores das Empresas Privadas acatem esta recomendação, sob pena de adoção das medidas judiciais cabíveis ao caso concreto.

PEQUENO EXPEDIENTE

Deputado **NOGUEIRA LIMA** (Líder do DEM) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, companheiros no Salão do Povo, companheiros da Imprensa, semana passada foi realizada uma reunião aqui, na Casa com estudantes e ficou acertado que eu faria um requerimento para o Ministério Público e outro para a Prefeitura de Rio Branco, dizendo da não concordância deste Poder com o aumento da passagem de ônibus.

De acordo com alguns dados, pagamos uma das passagens mais caras do Brasil. Em São Paulo, Goiânia, Belo Horizonte, Rio Grande do Sul, as passagens são bem mais baratas e o trajeto desses ônibus são bem mais longos do que no nosso Estado. Verificamos que aqui no nosso Estado, o período de deslocamento mais longo que nós temos é do centro para o aeroporto, que são dezoito quilômetros. Daí a nossa discordância com esse aumento.

Ficou acertado também que todos os Deputados assinariam esse requerimento, para que o mesmo pudesse ser enviado ao Ministério Público. Somos representantes da população do nosso Estado e temos o dever de intervir nessa situação.

O Deputado Moisés Diniz ficou de apresentar um anteprojeto de Lei ao Governo, reduzindo o ICMS dos transportes públicos. E caso esse projeto seja aprovado, baixaria o preço da passagem de ônibus em nosso Estado.

Eu acho que é uma contribuição muito grande que a Assembléia está dando ao nosso povo. Se nós todos nos unirmos, vamos achar uma solução viável, para esse problema.

(Sem revisão do orador)

Deputado **DELORGEM CAMPOS** (Líder do PSB) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, pessoas que se encontram no Salão do Povo, apresentamos um requerimento que foi aprovado neste plenário, para que hoje, 2 de maio recebamos uma comitiva do Município de Epitaciolândia, onde temos a presença de Vereadores e da Presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquele Município. Também foram convidadas, as autoridades dos órgãos: Ibama, IMAC, Seater, Fetacre, SEAP e todos os órgãos que de forma direta ou indireta fomentam, fiscalizam e orientam o setor produtivo do nosso Estado.

Estivemos em Epitaciolândia há alguns dias, e participamos de uma Assembléia no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, juntamente com o Deputado Moisés Diniz, que preside nesta Casa a Comissão de Reforma Agrária e Meio Ambiente. Na oportunidade, ouvimos as reivindicações daquelas pessoas e, como disse na Sessão anterior, eu queria que a Justiça deste país aplicasse essas multas exorbitantes sobre as pessoas que praticam os crimes de “colarinho branco”; sobre aqueles que roubam o dinheiro das pessoas. Se prendem os Desembargadores hoje, soltam amanhã.

Citamos aqui, o caso de uma senhora, que como dizem no jargão popular não tem sequer onde cair morta, porque vivo cai em qualquer lugar. Uma pessoa simplória, mãe de família, sem esclarecimentos, foi multada em quarenta mil reais e teve os seus bens penhorados pela justiça. Eu tenho a impressão de que houve rigor em excesso, por parte das autoridades que fiscalizam essa questão do meio ambiente.

Temos defendido nesta Casa, junto ao Governo do Estado, uma política de mecanização agrícola para o setor produtivo, porque temos a consciência, o dever e a humildade de reconhecer que o Governo da Frente Popular, durante oito anos, não conseguiu atingir o nível de atendimento ao setor produtivo, como assim era esperado. Portanto, agora, temos o Governo do Binho, que está se propondo a ouvir essas comunidades, e, dentro das possibilidades do orçamento público do Estado, poderemos estar implementando uma política de mecanização agrícola.

Quero repetir que a questão de preservação da Floresta Amazônica, não é problema do Prefeito José Ronaldo, da Fetacre, do Governador Binho, do Presidente Lula e, muito menos, da Ministra Marina Silva. É um problema de ordem ambiental no Planeta. Vocês devem ter assistido, há poucos dias, uma explanação dos técnicos da USP sobre o aquecimento global. Ora, se para os países ricos não foi possível se desenvolver sem desmatar como é o caso dos Estados Unidos, da Amazônia que aprendeu a cortar seringa e a tirar da terra apenas o alimento do seu sustento, vai viver? Então, se oxigênio produzido pela floresta é tão importante, que se pague um salário ao seringueiro para que ele não precisa desmatar; pois por imposição do Coronelismo e da força das elites deste país, quando do povoamento da Amazônia ele aprendeu apenas isso.

Portanto, é preciso que tenhamos sensibilidade para vermos que essas pessoas precisam plantar feijão e arroz para o sustento de sua família, para que seus filhos não venham para a periferia inchar a cidade, cair no mundo das drogas, do crime e da prostituição.

Daqui a pouco a Mesa Diretora e nós Parlamentares, estaremos recebendo essas pessoas, junto com as autoridades convidadas, porque não compareceram quando convidadas a Epitaciolândia. Agora, esperamos que juntos encontremos um caminho

(Sem revisão do orador)

Deputado **MAZINHO SERAFIM** (PT) - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, venho, hoje, a esta tribuna apresentar uma indicação ao Diretor-Presidente da Eletroacre, no sentido de que seja criada uma tarifação *horo-sazonal* verde, aos comerciantes e industriários que são geradores de empregos.

Falamos muito aqui em gerar empregos, mas tem que dar condições a esses empregadores do Estado do Acre. Vários Estados do Brasil já possuem essa tarifa diferenciada. Então, estou solicitando ao Diretor da Eletroacre que crie essa tarifa aqui no Estado.

Eu fui procurado pela ACISA para reivindicar junto à Eletroacre, a criação do horário sazonal, então, peço que esse órgão avalie com muito carinho essa indicação, já que essa redução da tarifa de energia fará com que a oferta de emprego aumente.

(Sem revisão do orador)

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT) – Senhor Presidente, minhas simpáticas e elegantes Deputadas, Senhores Deputados. Deputada Perpétua de Sá, também sou vítima da violência e até já estou acostumado, tamanha a banalização a que estamos submetidos. E hoje, pela manhã, tive o desprazer, a angústia de amanhecer com meu carro com os vidros quebrados, com o CD player destruído, pois não conseguiram arrancá-lo. Mas não estou aqui para reclamar disso.

Sei que a população acreana, como eu também, vive desprotegida. Agora o que me revolta, Senhor Presidente, é que o dinheiro que veio para promover a nossa segurança, para aparelhar a nossa polícia, caiu em mãos indevidas, de pessoas que não têm autoridade para gerenciá-lo. Já iria falar sobre esse assunto, mas a Imprensa acreana deveria informar o nosso povo, pois dos 27 Estados onde houve mal versação de recurso, o Acre foi um deles.

A Controladoria Geral da União, através de um sorteio, fez uma auditoria em alguns Estados e confesso que não fiquei surpreso com o resultado, pois estou acostumado com os desmandos deste Governo. O Estado do Acre foi um dos Estados onde ocorreu um dos maiores desvios dos recursos vindos para Segurança Pública.

Deputado Nogueira Lima, V. Exa. fala tanto em Segurança e com conhecimento, assim como o Deputado Walter Prado que já foi diretor de polícia e sei que na época V. Exa. não era ordenador de despesas, mas aqui tem uma matéria do Globo que diz assim: “No Acre a Controladoria Geral da União identificou uso indevido dos recursos destinados à implantação da Polícia Comunitária”. Ou seja, o dinheiro que veio para aplicar no policiamento comunitário, no policiamento preventivo dos bairros, foi surrupiado.

Sob o pretexto de agilizar os processos administrativos e aproveitar o saldo na conta corrente, a Secretaria de Segurança comprou equipamentos e material de informática e dois Jet Skis, talvez para passeio na Gameleira. E além do problema da licitação, houve também o descumprimento de contrato.

O fato é que para mim já não é mais nenhuma novidade denúncias de malversação, de desvios de recursos públicos. Agora, o que mais me indigna é que muitas vezes essas notícias são censuradas, não saem na nossa Imprensa, já que o Governo do Estado impede que o povo acreano tenha conhecimento dessas maracutaías, destes roubos.

Não sou diferente de nenhum acreano, sou também uma das vítimas e amanhã serão outros. O que mais me indigna, o que mais me revolta é que vem muito dinheiro para Segurança, o problema é a corrupção que está corroendo neste Estado. E aí já não são mais palavras de um Deputado de Oposição, é da própria Controladoria Geral da União, de que em apenas dois convênios foram desviados R\$ 360.000,00.

Minha estimada Deputada Idalina Onofre, hoje, estão ficando com 50%, 20%, mas daqui uns dias vão ficar com tudo. E eu gostaria, Senhor Presidente, que nós aqui, agora, sem a necessidade de convocação regimental, chamássemos o Secretário de Segurança para explicar essa questão. O requerimento foi reprovado e se depender da vontade do Secretário, ele não vem aqui, mas nós poderíamos convidá-lo, para que ele se defenda dessas acusações, que já não são mais acusações só da Oposição.

Obrigado, Senhor Presidente.

(Sem revisão do orador)

Deputado **WALTER PRADO** (PSB) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, acreanos e acreanas que estão no Salão do Povo, pessoas que são dos Municípios de Brasília e Epitaciolândia, saúdo-os com a paz de nosso Senhor Jesus Cristo. Nossa presença hoje, nesta tribuna, é apenas para fazer um registro, porque entendo que é dever da pessoa pública reivindicar, fiscalizar e também reconhecer quando há melhoria para população.

Quero registrar que a Eletroacre mudou o comportamento em todo o Estado do Acre. Estamos acompanhando os atendimentos naquele órgão, os quais têm sido benéficos, principalmente para os mais pobres. Encaminhei uma indicação ao Governador baseado na sua afirmação de que no Estado do Acre, são cadastradas cinquenta mil pessoas nos programas sociais, onde se inclui o Bolsa Família e o Adjunto da Solidariedade, no sentido de que disponibilize esse cadastro para inserir, automaticamente, essas pessoas que são realmente pobres nesse programa de tarifa social, o qual está previsto na Lei 10.438, regulamentado e determinado por uma

Resolução da Aneel de n. 44, de 26/2/2004, de acordo com o levantamento que eu fiz na Eletroacre, aproximadamente, em todo o Estado 30 mil pessoas estão sendo beneficiadas com essa tarifa e a lei diz que ela é destinada a quem não tem renda, a quem não pode pagar a tarifa normal. Farei nova gestão junto a Aneel e a Eletroacre, no sentido de cadastrar, automaticamente, essas pessoas, que sequer têm recursos para pagar uma passagem de ônibus. Estatisticamente, essa medida atenderia em média de 15 a 20 mil pessoas que têm o direito de receber a tarifa social.

Deputado Nogueira Lima, em virtude da burocracia, essas pessoas terem que ir aos escritórios da Eletroacre, elas ficaram fora dos cadastros do Bolsa Família e do Adjunto da Solidariedade. Contudo, esses cadastros já existem, pois as Prefeituras já fizeram, basta que haja vontade política de aproveitar esse próprio cadastro. Deputada Idalina Onofre, tenho certeza que na sua cidade, em Cruzeiro do Sul, várias pessoas têm o direito de pagar uma tarifa de trinta reais ao mês, mas não estão sendo beneficiados.

Então, espero que o Governador dê a essas pessoas a atenção que elas merecem principalmente porque tem afirmado, que as ações serão voltadas para os que mais precisam. E hoje, aproximadamente, vinte mil pessoas, no Acre, estão registrada no Programa do Bolsa Família. Muitos estão fora do registro Adjunto da solidariedade por questões burocráticas.

A diretoria da Eletroacre acatou as sugestões e está cumprindo o que determinou na Audiência Pública, porém esses benefícios têm que ser estendido a todo o interior do Estado.

O Deputado Mazinho Serafim, de Sena Madureira, tem acompanhado esse trabalho e tem nos informado que o serviço está melhorando. Isso demonstra que o Poder, quando se une é muito forte.

Obrigado.

(Sem revisão do orador)

Deputado **GILBERTO DINIZ** (Líder do PT do B) - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, sobre a questão da energia elétrica quero dizer que esse assunto é bastante louvável para ser debatido aqui nesta Casa. Então, gostaria de parabenizar os Deputados Mazinho Serafim e Walter Prado por essa iniciativa.

Eu recebi varias reclamações de pessoas de Rio Branco acerca das contas altíssimas que a Eletroacre tem registrado. E nós temos aqui somente um posto para atender demanda toda do Município de Rio Branco. Então, os Senhores imaginem, o posto da Eletroacre, em Sena Madureira, já não consegue atender a população de lá. Por todos esses problemas muitas pessoas acabam não indo fazer suas reclamações, sem falar nas longas filas. A Eletroacre deveria colocar mais postos para atender a população de Rio Branco, que representa dez vezes mais do que a população de Sena Madureira.

Eu tenho uma grande preocupação com o que está acontecendo no interior, por isso quero trazer essa discussão para esta Casa e quem sabe promover, futuramente, um seminário envolvendo o IMAC, o Ibama, e madeireiros, para tratarmos da questão dos moveleiros dos municípios de Sena Madureira, Acrelândia, Plácido de Castro, Feijó, Cruzeiro do Sul e outros, que através dos seus representantes fizeram estas reclamações. Então, há necessidade de se fazer um projeto de manejo Florestal que atenda esses municípios. Esta é a minha proposta, para que as pequenas serrarias possam oferecer madeiras para portas, uma longarina ou tábuas para forrar um casebre, porque se não vamos ter que voltar a fazer cobertura de paxiúba e palhas. Nós já estamos no século XXI e não podemos retroagir.

Quero colocar aqui que antigamente quando fizeram a estrada de ferro Madeira-mamoré, os dormentes que eram colocados nos trilho tinham que vir da Europa, precisamente da Inglaterra, então esse mercado está se fechando e a nossa preocupação é de que esse projeto de manejo possa melhorar também os trabalhos das empresas locais, das micro-empresas para assim crescer a economia desses municípios.

Em Sena Madureira as obras estão quase paradas por falta de uma simples caixaria. Então, isso tem que ser revisto através desse seminário, elaborando condições para que as pequenas empresas possam produzir.

Quero informar aos nobres colegas que as serrarias só podem ter no máximo três metros cúbicos de madeira no pátio, mas com essas condições não dá para eles trabalharem. E nós sabemos que muitas dessas madeiras estão apodrecendo e não podem ser retiradas. Então, temos que ver esse projeto de manejo florestal com muito carinho, porque nós sabemos que uma árvore mesmo cortada por uma motosserra vai gerar cinquenta empregos, pois têm agricultor que vende a tora para as serrarias. A nossa preocupação é porque essa situação não atinge só o Vale do Purus, mas também o Vale do Acre e Juruá. Portanto, tem que colocar em prática essa sugestão de fazermos uma grande discussão com os órgãos envolvidos e os moveleiros, para criarmos um projeto de lei, que beneficie essas pessoas

sem prejudicar a floresta.

Senhores Deputados quero fazer um alerta aqui, pois temos que pensar de forma conjunta porque somente assim com parcerias é que poderemos encontrar uma solução para essas famílias que, hoje, estão fechando suas portas e ficando desempregados, sem condições de sobrevivência.

(Sem revisão do orador)

GRANDE EXPEDIENTE

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu quero comunicar à Mesa Diretora que a Educação está em greve no Estado todo. Nós estamos discutindo há bastante tempo a isonomia da Educação com as outras Secretarias do Estado. E há uma proposta do Governo em torno dessa isonomia, mas nós ainda estamos discutindo os valores.

Agora mesmo está havendo uma assembleia da nossa categoria. Eu estava lá embaixo até agora, mas achei importante vir aqui também para falar aos Senhores, já que V. Exas. assinaram e encaminharam documentos, telefonaram para os companheiros do Governo, a fim de que eles atendessem o comando da Educação. Daí que eu me senti na obrigação de vir aqui falar sobre isso.

Nós temos uma negociação para amanhã, mas ainda não está marcado o horário. Temos a perspectiva da isonomia ser concedida pelo Governo, mas os valores ainda são baixos. Também estamos discutindo o reenquadramento e outras questões. O que nos deixou feliz, Deputada Idalina, é porque em relação aos outros Estados, o piso salarial dos professores do Acre é considerado o maior do Brasil; mas também temos que levar em conta que o Acre tem o maior custo de vida do Brasil. E temos uma carga de 25 horas com um salário inicial do nível superior de 1.556,00 reais. É o maior salário. Para você ter uma idéia em outros lugares um professor trabalha 40 horas e o piso salarial é inferior ao nosso. O piso salarial de 800,00 reais que o Presidente Lula está colocando, eu não sei se é específico para o professor com nível médio ou superior. Aqui já temos um piso de 1.556,00 reais, mas queremos que o nosso teto salarial seja igual ao das outras categorias.

Deputado **GILBERTO DINIZ** (Líder do PT do B – EM APARTE) – Obrigada, Deputada, pela concessão do aparte, eu quero colocar que agora há pouco estive conversando com a Secretária de Educação sobre a questão da isonomia e o Governo está propondo acrescentar mais duas letras na tabela da Educação, para que haja equiparação do teto salarial dos seus servidores com o das outras Secretarias. Portanto, o Governo teve a preocupação de acrescentar duas letras, para que possamos chegar a esse teto tão desejado pela Educação.

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT) – Obrigada, Deputado Gilberto Diniz, obrigada a todos os Deputados que deram a maior contribuição nessa negociação da Educação.

Senhor Presidente, eu quero propor que seja encaminhada uma carta à Senadora Ideli Salvatti, porque há alguns dias, eu ouvi um pronunciamento que ela fez e fiquei muito feliz, pois ela está propondo que seja aplicada, pelo SUS, uma vacina contra o câncer de colo de útero, que foi descoberta em 2006. Isso é extremamente importante, porque o número de casos de mulheres com essa doença é alarmante. No primeiro momento, a vacina se destinará a imunizar mulheres de 9 a 26 anos de idade e será aplicada em três doses. Só que na rede particular, a aplicação dessas três doses varia de 1.000,00 a 1.500,00 reais.

Nesse projeto a Senadora Ideli Salvatti propõe que essa vacina faça parte do calendário de vacinação do Brasil. E o que me deixou mais estarecida foram os dados. Em 2003, 4.100 mulheres morreram vítimas do câncer de colo de útero. Ainda não temos os dados de 2006, mas a previsão é que deverá ultrapassar a casa de 16.000 mil óbitos. Esse problema é tão sério que o Senador Tião Viana sempre tem dito, que é como se de hora em hora caísse um avião cheio de mulheres. Por isso eu gostaria que fosse feita uma carta para encaminharmos à Senadora Ideli Salvatti, parabenizando-a e também pedindo ao Congresso que a prove essa matéria, que certamente salvará muitas vidas, principalmente, as mais jovens, porque não está surtindo efeito só a questão da camisinha. Portanto, a Assembleia também tem que estar atenta a discussão desse problema relacionado às mulheres.

Eu quero agradecer a Promotora de Justiça Gilcely Evangelista de Araújo Sousa por ter me encaminhado um documento, o qual me deixou extremamente preocupada. É com relação ao concurso de gestores, que

assim como a iniciativa privada, o Governo está exigindo teste de HIV, teste de soro positivo para pessoas que prestam concurso. E nós da Assembleia Legislativa não podemos admitir que isso aconteça. Também devemos defender a Constituição e o estudo democrático de direito, por isso não podemos aceitar que o Governo ou a iniciativa privada estejam causando constrangimento às pessoas, obrigando-as a fazerem exame para ver se tem HIV ou não. Isso é o próprio preconceito; isso é anticonstitucional, isso fere a Constituição Brasileira e o estado de direito. Nós não podemos aceitar esse tipo de coisa.

Portanto, eu estou propondo, Senhor Presidente, uma lei, na qual se estabeleçam penalidades aos estabelecimentos que discriminam os portadores do vírus HIV, sintomático, ou assintomático. Não dá para aceitar que no nosso Estado pessoas estejam sendo impedidas de assumirem cargos, porque são soro positivo. Isso fere todos os preceitos constitucionais brasileiros, fere os tratados, as Cartas da ONU e as recomendações do Ministério Público. Inclusive, estou vendo que a Mesa Diretora também recebeu esse mesmo documento. Então, eu peço à Mesa Diretora e aos demais Deputados e Deputadas que não aceitemos esse tipo de coisa, porque já é uma doença complicada, que ainda não tem cura, mas um dia terá. O que está acontecendo com os portadores de HIV é o mesmo que acontecia com os leprosos, que até mudavam o nome e ficavam isolados por causa do preconceito que era muito grande.

Quando criança, eu tive Tuberculose e o que mais me chocava, era porque o meu prato, a minha colher e o meu copo eram separados. Hoje, fala-se em “TB”, não se fala nem em Tuberculose, porque há um preconceito quanto a essa doença, como também em relação ao Câncer, à Lepra, que hoje chamamos Hanseníase e à Síndrome de Down.

Eu ouvi alguns depoimentos do jogador Romário, o qual tem uma filha com Síndrome de Down. Hoje, ele está sabendo como é difícil. Então, nós não podemos incentivar o preconceito, sob o manto da religião. Deus, antes de tudo, foi uma pessoa que acolheu os leprosos. Entrou nas cavernas, sentou-se com eles e acolheu a todos. Então, a nossa função é acolher e amar a todos os seres humanos. Eu não acredito que as pessoas possam usar o livro sagrado em situações como essa que estamos vendo, ou seja, não respeitando as relações afetivas entre os homossexuais e nem as pessoas que têm o vírus HIV. Isso é inaceitável.

Deputado Edvaldo Magalhães, eu acho que a Assembleia Legislativa deve aproveitar agora, que está encaminhando vários debates como esse entre as Câmaras Municipais, que acontecerá no próximo dia sete, para discutir também a questão da tolerância, pois estamos vivendo um momento de intolerância. Hoje, duzentas pessoas morrem no Iraque e até achamos comum, ou seja, nós não nos sensibilizamos mais. Essa intolerância surge a partir do momento que não damos a mão ao nosso amigo aidético. Não se pega AIDS através de um beijo, de um abraço, de um afago, ou de um carinho. Nós temos que aproveitar a vinda do Papa ao Brasil, que ainda insiste em colocar essa questão absurda dentro da Igreja Católica de não aceitar o uso da camisinha e dos contraceptivos, para pedir-lhe que mude sua concepção a esse respeito. E não podemos aceitar que a legislação se baseie na religião, porque isso nunca deu certo. Toda vez que o Estado chegou perto da religião, nós tivemos catástrofe. Os Estados têm que ser laicos; os países têm que ser laicos e respeitarem o Islamismo, o Judaísmo, o Catolicismo e o Protestantismo.

Uma amiga minha, que é professora, tem um filho aidético, o qual fez o concurso para gestor, mas não foi aceito porque ele é soro positivo. Isso pode acontecer com qualquer um. Deputada Antonia, hoje o maior grupo de risco em relação a AIDS, não são mais os homossexuais e sim as mulheres casadas, que têm um único parceiro, porque infelizmente os homens têm relações extras conjugais e não usam camisinha. Daí eles se contaminam e transmitem as doenças para suas mulheres. Então, nós temos que nos proteger, mas não podemos discriminar as pessoas e nem podemos usar a religião como um manto. Hoje não podemos negar que rapazinhos e meninas transam antes de casar. Esse negócio de casar virgem já virou tabu. Isso há muito tempo já saiu de moda. Não existe mais isso. Então, eu gostaria que a Assembleia iniciasse o debate sobre essa questão da discriminação.

Quero parabenizar a Joiceley por esse documento que ela fez em defesa da cidadania e da saúde, recomendando que os gestores públicos e diretores de empresas privadas tomem providências no sentido de excluir dos editais de concursos a exigência de realizações de exame sorológico.

Diz o documento:

1. Aos Senhores Gestores Públicos e Diretores de Empresas Privadas que adotem as devidas providências para excluir a exigência em editais da realização de exames sorológicos para testagem de HIV, para os candidatos inscritos e/ou aprovados em concurso público, bem como em seleção e/ou concurso de cargo de empresas particulares, vez que se trata

de realizações de exame voluntário e confidencial, não podendo sua testagem ser exigida para admissão e/ou permanência em cargo público ou privado;

2. Que a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa suspenda a exigência de realização de exames sorológicos para testagem de HIV, para os candidatos inscritos e/ou aprovados nos concursos públicos realizados pelo Estado, por tratar-se de exigência que vai de encontro às cláusulas imutáveis da Constituição da República Federativa do Brasil.

Neste documento ela pede que nós trabalhemos uma lei, porque na verdade o Ministério recomenda, mas é preciso que haja essa lei. Desculpem-me a emoção, mas é porque eu já tive uma doença que, em certos momentos da minha vida, me trouxe muitos problemas. E é terrível, quando nós sentimos, em certos momentos, discriminada. Você sente na pele a discriminação. Eu acho, Deputado Edvaldo Magalhães, que nós temos uma grande caminhada aqui na Assembléia. E uma delas é discutir essa questão da intolerância.

Deputado Moisés Diniz, uma vez eu até brinquei com os outros Deputados, mas quero inclusive, publicamente, pedir-lhe desculpas, pois muitas vezes o Senhor faz discursos, falando do Iraque, do Bush e dessas coisas que estão acontecendo no mundo. É impressionante, mas semana passada, duzentas pessoas morreram no Iraque. E nós não podemos ficar olhando simplesmente. O mundo todo tem que ajudar a resolver essa situação. Então, eu quero me solidarizar a V. Exa. Inclusive, eu quero assinar também essas cartas que V. Exa. faz para ONU. O Acre tem que propor a realização de um dia de mobilização internacional, para que as tropas dos Estados Unidos saiam daquele país. Nós temos que fazer isso, porque a intolerância em relação ao preconceito e à religião é que está causando isso que estamos vendo no mundo.

Eu quero expressar a minha felicidade pela Assembléia está assumindo essa discussão e que não deixemos os nossos companheiros e companheiras ficarem sofrendo por causa de preconceito e de posturas ultrapassadas neste século.

(Sem revisão do orador)

Deputado **MOISÉS DINIZ** (Líder do BPR) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, ouvi atentamente a intervenção do Deputado Luiz Calixto e fiz questão de ler o relatório da Controladoria Geral da União, que tem 37 páginas, e se o Senhor acessar, agora, o site da Controladoria, com certeza, V. Exa. também terá acesso a esse relatório.

Assustou-me quando V. Exa. afirmou que o setor de Segurança do Acre teria desviado 360 mil reais e V. Exa. falou que houve roubo e se de fato tivesse ocorrido isso na área de Segurança do Estado do Acre, pode ter certeza que o Senhor deveria entrar com duas ações imediatas: um pedido de CPI, aí V. Exa. argumentaria que o pedido não passava, então entraria com uma ação no Ministério Público Federal, já que V. Exa., por várias vezes, tem dito que o Ministério Público Estadual, também está sendo controlado. Como o Ministério Público Federal não está sendo controlado, V. Exa. entra com uma ação nesse órgão, que é a instância responsável para investigar desvio de recursos federais.

V. Exa. sabe que para cada informação da equipe, tem uma resposta do Tribunal, por exemplo: quando fala da diferença de preço licitado e preço de mercado; o titular informa que foi feito um levantamento de preço e os empresários dão um prazo de trinta dias, inclusive, com desconto. Agora, quando o processo de licitação demora quarenta, sessenta dias, o preço é outro, inclusive tem essa informação no relatório da CGU. V. Exa. vai ter tempo para ler todo o relatório, enquanto eu faço a minha fala. Depois V. Exa. se inscreve e faz as suas argumentações.

V. Exa. chegou, por exemplo, ao afirmar que tinha havido compra de materiais que não estavam no contrato. Lógico que houve, porque em determinados convênios a Secretaria de Segurança gastou menos dinheiro do que disponibilizava. Está bem claro no relatório. Portanto, não colocou dinheiro no bolso, desviou, não roubou.

V. Exa. chegou até a brincar com a aquisição do jet ski. Todo mundo sabe da importância de instrumentos leves na Amazônia. A não ser que V. Exa. quisesse que a gente comprasse jet ski para o Afeganistão, para o Oriente Médio. Agora, na Amazônia é necessário sim.

Eu fiz questão, nesse feriado, de fazer toda a leitura do relatório da Controladoria Geral da União e não encontrei nenhuma ação que manche a atuação do Governo do Estado, do Secretário Monteiro ou do ex-diretor do Departamento Penitenciário.

Deputado **WALTER PRADO** (PSB – EM APARTE) – Deputado Moisés Diniz, V. Exa. faz com consistência a apresentação do relatório, e eu quero me associar as suas palavras, principalmente em relação ao Dr. Monteiro, que é uma pessoa que eu convivi por praticamente quase dois anos, embora não sendo na condição de ordenador de despesas,

mas posso lhe afirmar que ele é uma pessoa profundamente cuidadosa no que diz respeito as questões de licitação. Sem querer entrar no mérito da discussão, mas apenas para lhe dar essa informação, o jet ski é instrumento usado nos períodos de carnaval, para uma ação preventiva, principalmente, quando o rio está cheio. Então, esse jet ski fica com os bombeiros, para fazer ronda.

Deputado **MOISÉS DINIZ** (Líder do BPR) – Eu vou conceder aparte ao Deputado Luiz Calixto, apesar de todas as vezes o Deputado ficar nervoso com o debate. Apesar de estar com tossicólo, estou muito tranquilo e queria que V. Exa. participasse do debate com tranquilidade, porque eu fiz a leitura e o estudo do relatório da CGU, o qual tem 37 páginas e tem lá a explicação ponto a ponto.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT – EM APARTE) – Deputado Moisés Diniz, se V. Exa. conversar com qualquer delegado e perguntar a ele qual a reação de um bandido frente a um delito, cem por cento responderá que o bandido diz que não tem nada a ver com isso. O Deputado Walter Prado sabe disso, geralmente, quando se prende um traficante, “Não, não é meu”. Então, eu encaro como normal esta reação dos corruptos da Secretaria de Segurança, em dizer que não tem nada a ver. O que me estranha é que V. Exa. é um Deputado que se diz corajoso, mas no momento de votar o requerimento, para se convocar o Secretário de Segurança, V. Exa. não votou a favor, ou seja, tira dessa Assembléia a autonomia que ela tem. Deputado Moisés Diniz, V. Exa. pode me provocar do jeito que quiser: nervoso, calmo, tranquilo, irônico. Agora, V. Exa. não leu nada, o nobre Colega foi municiado com informações dadas por um assessor do Governador, pago com o dinheiro público, o Senhor Almir. E o Estado deveria se envergonhar de disponibilizar um policial para fazer a sua segurança e não do povo acreano. V. Exa. deveria se envergonhar disso.

Deputado **MOISÉS DINIZ** (Líder do BPR) – V. Exa. será perdoado, porque minha formação é religiosa. Mas o nobre Colega me agradei. Covarde é V. Exa. que durante oito anos, como Deputado, sempre denunciou o Governo e nunca entrou com uma ação no Ministério Público Federal, sabendo que noventa por cento dessa verba é federal. V. Exa. se comporta com covardia, faz barulho na tribuna, mas não vai às últimas conseqüências. Portanto, eu perdo V. Exa. pela agressão gratuita à minha pessoa.

(Sem revisão do orador)

Deputada **ANTONIA SALES** (PMDB) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, trago aqui uma manifestação de repúdio contra o policial Ramires, pela maneira e a atitude como agiu comigo aqui nas proximidades da Assembléia Legislativa. Eu vinha do Diretório do PMDB, onde, hoje, tivemos a honra de ter de volta às nossas fileiras o Edilson Cadaxo, filho do nosso saudoso vice-Governador Cadaxo. E saindo de lá, com calor, já vestida a rigor, porque vinha para o Parlamento, mas geralmente quando existe greve o trânsito, próximo deste Poder, fica complicado. Então havia dois policiais e eu me dirigi a um deles e disse: “Eu sou Parlamentar, você me deixa passar para eu ir à Assembléia Legislativa?”. Aí o policial me respondeu que não podia, porque se o Comandante tivesse dado ordem para Deputado entrar, ele deixava. Tudo bem, sou muito educada, gosto de justiça eu pratico justiça, não quero ser tratada, porque sou Deputada, de maneira diferente, mas quando soube que os Deputados Nogueira Lima, José Luís e outros, passaram pelo bloqueio. Eu não gostei, perdi a calma e fui lá brigar, mas não encontrei mais aquele soldado e somente quem levou bronca foram os quatros que chegaram lá.

Uso muito da gentileza, mas acho que essas pessoas estão acostumados a conviver com gritos e eu trato todos com humildade e educação, mas como autoridade, exijo respeito. Não é justo ter andado todo esse quarteirão para chegar aqui, como também não acho justo um policial que recebe uma ordem do Comandante não ter a sensibilidade de distinguir quem trabalha aqui nas proximidades. Por exemplo, os bancários que também trabalham aqui no centro, deveriam ter passado. E quando fui reclamar, vi uma moto e todo tipo de carro entrando, só eu não entrei.

Acho que é uma discriminação contra as mulheres, Deputada Naluh. Não mudou a cultura de certas pessoas, principalmente desses soldados que estão acostumados com gritos e não respeitam ninguém. Eu pedi com gentileza, com humildade. Se não acreditasse que sou uma Deputada, pelo menos, pedisse minha identificação, não pedi, simplesmente não me deixou entrar e, infelizmente, eu não o encontrei quando fui reclamar. Mas até meu marido me disse: “Vá lá caminhando, talvez assim você fique com raiva e reclame na tribuna”. Não gosto de briga com ninguém. Vocês me conhecem, eu respeito todo mundo, gosto do

diálogo, mas tem certas coisas que tem o seu limite e não dá para tolerar, principalmente quando enxergamos a discriminação. Por que só os outros podem passar? E eu não? O que esses soldados têm contra as mulheres?

Outro absurdo que aconteceu comigo foi quando iniciei a minha vida parlamentar, um policial federal que não acreditou na minha carteira de identidade parlamentar, mandou minha mala para ser revistada. Isso é um absurdo!

Eu exijo que a Mesa tome as devidas providências a respeito desse episódio, para que fatos como esses não se repitam mais.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Deputada Antonia Sales, a Mesa vai tomar as providências devidas com relação a esse episódio. Também em nome da Mesa gostaria de pedir desculpas a V. Exa., porque acho que a segurança da Casa deveria ter tomado a iniciativa, de garantir o acesso dos Parlamentares a este Poder. Então, peço desculpas a V. Exa. e vou fazer um contato pessoal com o comandante e lhe garanto que esse episódio não voltará a ocorrer.

Deputado **WALTER PRADO** (PSB) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o assunto abordado aqui pelo Deputado Luiz Calixto e posteriormente pelo Deputado Moisés Diniz fez com que eu voltasse a esta tribuna, porque no período dessas licitações eu exercia o cargo de Delegado Geral de Polícia e na condição de chefe, eu fazia acompanhamento especialmente quando se tratava da aquisição de equipamentos destinados à Segurança Pública. Naquele momento já se vivenciava no Acre e no Brasil, Deputada Naluh Gouveia, a visão da integração das polícias, principalmente na implementação de equipamentos operacionais.

Deputado Luiz Calixto, com relação a esse relatório há alguns pontos que eu gostaria de discutir aqui, mas quero salientar ao meio jurídico que não é nada pessoal. Em primeiro lugar quero fazer justiça ao Secretário de Segurança, o Dr. Monteiro, porque na época dessas licitações ele ainda não era Secretário, e sim era o ex-Deputado Estadual Dr. Fernando Melo, mesmo assim eu posso lhe afirmar que não houve desvio de recursos e sim, Deputado Chagas Romão, desvio de finalidade. É aquela velha história de liberações feitas por tecnocratas lá de Brasília, pessoas que não conhecem a realidade do Acre. Muitas vezes alocam recursos e quando se faz a discussão operacional, esses recursos têm sua destinação alterada, portanto estou fazendo esse registro porque trabalhei com o Doutor Monteiro, que é uma pessoa preocupadíssima com essa questão da aplicabilidade dos recursos. Então eu lhe afirmo, Deputado, que não houve desvio de recursos, mas sim de finalidade.

Com relação aos jet skis instrumentos de trabalho da polícia, e na época que aconteceu um afogamento quando eu ainda era diretor, num período de carnaval, a partir daí o Secretário Fernando Melo determinou a aquisição de novos equipamentos, para poder melhorar as ações de prevenção. E a população que não tem conhecimento sobre esse tipo de segurança, imagina que isso é um instrumento de luxo e desnecessário à polícia; quando, pelo contrário, é um equipamento importante, principalmente no período das enchentes que ocorre simultaneamente nos dias de carnaval. Esses equipamentos são usados para observar as pessoas em situação de risco no rio.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT – EM APARTE) – Deputado Walter Prado, primeiro eu quero parabenizar V. Exa. pela essência do seu discurso, em reconhecer que há irregularidade, diferentemente do orador anterior que, desequilibradamente e covardemente, não tratou de defender as denúncias e sim de me agredir. Quero dizer, aqui que muitas vezes a própria análise jurídica, de Brasília, num processo de compra aqui no Acre, não conhece as nossas condições, então chegam com essa visão de que houve desvios. Não é nada disso, eu quero aqui dar este testemunho e concordo com V. Exa., porque eu acho que cada notícia de irregularidade ou do conhecimento de delito é o foro para se debater. Agora vamos debater dentro do aspecto legal. Quero dizer que eu não conheço outras pessoas com maiores preocupações com a Segurança Pública deste Estado do que o Dr. Monteiro e o Dr. Felismar.

(Sem revisão do orador)

Deputado **NOGUEIRA LIMA** (Líder do DEM) – Senhor Presidente, Senhoras Deputados e Deputadas, o nobre Colega Luiz Calixto levantou essa questão da Segurança hoje, e, eu venho falando disso desde o início do meu mandato, porque conhecemos esse setor. Agora, eu acho estranho os companheiros Moisés Diniz e Walter Prado virem aqui dizer que não houve desvio. Não foi o Deputado Luiz Calixto, nem eu, ou

alguém da Oposição que falou em desvio, foi a Controladoria Geral da União. Está no jornal.

Nós temos que vir aqui para dar conhecimento à população do que está ocorrendo e para deixar gravado nos Anais, para que isso não caia no esquecimento ou seja colocado embaixo do tapete, como é costume do Governo do PT. Agora dizer que não houve desvio é brincadeira.

O importante é que todo mundo no Estado do Acre, conhece o Programa Policial da Família e será que vocês estão vendo algum policial nos bairros? Não, porque falta recurso. Os policiais não têm farda e, sequer, as mínimas condições para trabalhar. Quando nós falamos aqui que eles estavam deitados embaixo de um pé de manga, é porque não tinham condições de trabalho, não tinha nem onde ficar nos bairros. E nós filmamos tudo isso.

Houve desvio sim! Compraram jet ski. Que beleza! Parabéns! Só que o dinheiro não era para esta finalidade. Quando se faz um convênio, um contrato e os recursos têm que ser aplicados onde é especificado, mas é costume do Governo desviar o destino dos recursos.

É costume também dizer aqui, Deputado Moisés Diniz, que nós da Oposição nunca fizemos nenhuma denúncia no Ministério Público Federal. Isso não é verdade. O Deputado Luiz Calixto, o ex-Deputado Tarcísio e eu entramos, não foi só com uma ação não, foram com várias. Principalmente em relação a esses convênios do Governo, onde as obras não têm uma placa e ninguém sabe de onde são os recursos. Não tinha no governo do Jorge Viana e esperamos que não aconteça com o Binho. Entramos várias vezes com ação no MPE. E o que foi que aconteceu? Nada. Agora, não foi preciso nem entrarmos com alguma ação, já estão denunciando.

Obrigado, Senhor Presidente.

(Sem revisão do orador)

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT) - Deputado Moisés Diniz, gostaria de falar especialmente para o Senhor que além do desequilíbrio, da covardia, V. Exa. é um Deputado muito desinformado. Não tem aqui, entre os 24 Deputados deste Plenário, nesta e na Legislatura passada, quem tenha interposto mais ações contra o Governo do Estado no Ministério Público, do que este Deputado que vos fala.

V. Exa. tem todo direito, como tem feito por muito tempo, de se posicionar ao lado das irregularidades, de defender o que não tem defesa.

Esta é uma opção sua, é um direito seu, mas não venha aqui, nesses dois minutos e meio, destratar-me. Faço com V. Exa. o discurso que quiser, no campo político, familiar, pessoal, porque V. Exa. sempre tem se posicionado como um Deputado que fala da boca para fora. V. Exa. é um valente, mas não assina uma CPI, não vota um requerimento para convocação de Secretários. Sempre se esconde na covardia do Governo e recebe informações privilegiadas, porque o Estado paga um jornalista para assessorar alguns Parlamentares. O Oli Duarte assessora, não sei se todos os Deputados, porque não são todos os governistas que são privilegiados, mas faço o debate com V. Exa. no campo que quiser. Não tenho medo.

V. Exa. se esconde na covardia e esse debate foi levantado por mim. O nobre colega se articula com a Imprensa governista, exceto a TV Rio Branco e a TV Acre, que me ouviram. Eu no seu caso me envergonharia em procurar a Imprensa para falar inverdades. V. Exa. está batendo em alguém com os pés fora do solo, isso é covardia. Agora, não admito que aqui, destemperadamente, desequilibradamente, venha me provocar, inclusive mudando a ordem dos apartes. Concede-se aparte para quem pede primeiro, ou não se concede a ninguém.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, em função da questão levantada pelo Deputado Delorgem Campos, iremos suspender a Sessão, para que possamos recebermos uma comissão de trabalhadores rurais de Epitaciolândia e Brasília. (PAUSA)

Está reaberta a Sessão.

ORDEM DO DIA

(Não houve Matéria a ser apreciada).

EXPLICAÇÃO PESSOAL

(Não houve oradores inscritos).

DIVERSOS

*A Subsecretria de Patrimônio e Serviços
PR 22.16.02
22.16.02
22.16.02*

PROJETO DE LEI N. 001/2007
AUTORIA: MESA DIRETORA
EMENTA: "Modifica dispositivos da Lei n. 1.566, de 4 de junho de 2004."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇA SABER que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 11 e 20 e os Anexos VI, VII, XIII e XIV da Lei n. 1.566, de 4 de junho de 2004, passam a vigorar na forma a seguir:

"Art. 11. Os cargos de Direção e Assessoramento Especial e os cargos de Direção e Assessoramento Superior, bem como seus respectivos quantitativos e valor remuneratório, são os constantes dos Anexos XV e VI e serão atualizados por iniciativa exclusiva da Mesa Diretora.

Art. 20. A Gratificação da Escola do Legislativo é devida a três servidores lotados na Escola do Legislativo, na forma que segue:

- I – nível I, será concedido ao assessor pedagógico, correspondente a 0,89 (zero ponto oitenta e nove) vezes o valor da referência inicial da tabela de vencimento do nível superior;
- II – nível II, será concedido ao gerente administrativo, correspondente a 0,89 (zero ponto oitenta e nove) vezes o valor da referência inicial da tabela de vencimento do nível superior;
- III – nível III, será concedido ao secretário-geral, correspondente a 0,74 (zero ponto setenta e quatro) vezes o valor da referência inicial da tabela de vencimento do nível superior.

**ANEXO VI
QUADRO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO
CARGOS DE DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR
QUANTIFICAÇÃO E VALOR DA REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR**

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	VALOR DA REMUNERAÇÃO R\$	QUANTITATIVO
CARGOS DE DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR	DAS - 5	5.640,00	04
	DAS - 4	4.080,00	07
	DAS - 3	3.000,00	21
	DAS - 2	2.000,00	-
	DAS - 1	1.500,00	-

**ANEXO VII
QUADRO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS
QUANTIFICAÇÃO E VALOR DA REMUNERAÇÃO DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS**

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	VALOR R\$	QUANTITATIVO
FUNÇÃO GRATIFICADA	FG - 3	1.000,00	13
	FG - 2	800,00	15
	FG - 1	600,00	17

**ANEXO XIII
UNIDADES QUE COMPÕEM A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

1 - Gabinete da Presidência		
1.1 - Assessoria de Gabinete		DAS 2
1.1.1 - Serviço de Apoio Administrativo		FG
1.2 - Assessoria Parlamentar		DAS 4
1.2.2 - Serviço de Apoio Parlamentar		FG
2 - Gabinete do 1º Vice-Presidência		
2.1 - Coordenadoria de Gabinete		DAS 4
2.1.1 - Serviço de Apoio Parlamentar		FG
3 - Gabinete do 2º Vice-Presidência		
3.1 - Coordenadoria de Gabinete		DAS 3
4 - Gabinete da 1ª Secretária		
4.1 - Assessoria de Gabinete		DAS 4
4.1.1 - Serviço de Apoio Administrativo		FG
4.2 - Assessoria Parlamentar		DAS 4
4.2.1 - Serviço de Apoio Parlamentar		FG
5 - Gabinete da 2ª Secretária		
5.1 - Assessoria de Gabinete		DAS 4
5.1.1 - Serviço de Apoio Administrativo		FG
5.2 - Assessoria Parlamentar		DAS 4
5.2.1 - Serviço de Apoio Parlamentar		FG

6 - Gabinete da 3ª Secretária		
6.1 - Coordenadoria de Gabinete		DAS 3
7 - Gabinete da 4ª Secretária		
7.1 - Coordenadoria de Gabinete		DAS 3
8 - Assessoria Especial de Políticas Públicas		
8.1.1 - Serviço de Apoio Operacional		FG
9 - Assessoria Especial de Temáticas Sociais		
9.1.1 - Serviço de Pesquisas Temáticas		FG
10 - Assessoria Especial de Comunicação e Publicidade		
10.1 - Coordenadoria de Eventos		DAS 3
11 - Controladoria		
11.1.1 - Serviço de Controle, Informações e Dados		FG
12 - Secretaria Executiva		
12.1.1 - Serviço de Apoio Operacional		FG
13 - Secretaria Adjunta		
13.1.1 - Serviço de Apoio Administrativo		FG
14 - Secretaria Adjunta		
14.1.1 - Serviço de Apoio Técnico		FG
15 - Consultoria Geral da Mesa		
15.1.1 - Assistência de Gabinete		FG
15.1.2 - Serviço de Apoio ao Plenário		FG
15.1.3 - Serviço de Áudio e Som		FG
16 - Consultoria Legislativa		
16.1 - Consultoria Técnica		
16.1.1 - Serviço de Pesquisas Temáticas		FG
16.2 - Consultoria Jurídica		
16.2.1 - Serviço de Pesquisas Jurídicas		FG
17 - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças		
17.1 - Coordenadoria Especial de Processos		
17.2 - Coordenadoria de Contabilidade e Controle		DAS 3
17.3 - Coordenadoria de Planejamento e Orçamento		DAS 3
17.3.1 - Serviço de Análise e Controle de Verba Indisponibilizada		FG
18 - Escola do Legislativo		
18.1 - Assessoria Pedagógica		*CE
18.2 - Gerência Administrativa		*GE
18.3 - Secretaria Geral		*SE
18.3.1 - Serviço de Suporte ao Interlegis		FG
18.3.2 - Serviço de Videoconferências		FG
18.4 - Coordenadoria de Ações Pedagógico-institucionais		DAS 3
18.5 - Coordenadoria de Projetos Especiais		DAS 3
19 - Subsecretaria de Gestão de Pessoas		
19.1 - Coordenadoria Especial de Processos		
19.1.1 - Serviço de Suporte Operacional		FG
19.1.2 - Serviço de Cadastro e Controle do Pessoal		FG
19.1.3 - Serviço de Pesquisas de Dados Funcionais		FG
19.1.4 - Serviço de Pagamento		FG
19.1.5 - Serviço de Ambulatório Médico		FG
20 - Subsecretaria de Patrimônio e Serviços		
20.1.1 - Serviço de Apoio Operacional		FG
20.1.2 - Serviço de Manutenção e Reparos		FG
20.1.3 - Serviço de Telefonia		FG
20.1.4 - Serviço de Protocolo e Distribuição de Correspondência		FG
20.1.5 - Serviço de Arquivo		FG
20.2 - Coordenadoria de Administração de Patrimônio e Material		DAS 3
20.2.1 - Serviço de Almacenamento e Compras		FG
20.2.2 - Serviço de Cadastro de Bens		FG
21 - Subsecretaria de Publicidade e Comunicação Social		
21.1 - Coordenadoria Especial de Processos		
21.1.1 - Coordenadoria de Redação e Revisão		DAS 3
21.1.1.1 - Serviço de Impressão e Projeção de Anais		FG
21.1.2 - Serviço de Digitação e Revisão		FG
21.2 - Coordenadoria de Taquigrafia e Debates		
21.2.1 - Serviço de Apanhamento Taquigráfico e Revisão de Debates		DAS 3
21.3 - Coordenadoria de Comunicação Social		
21.3.1 - Serviço de Jornalismo		FG
21.4 - Coordenadoria de Registro de Eventos		
21.4.1 - Serviço de Registro de Eventos		DAS 3
21.5 - Coordenadoria de Web design		
21.5.1 - Serviço de Web design		DAS 3
22 - Subsecretaria de Atividades Legislativas		
22.1 - Coordenadoria de Comissão		DAS 3
22.2 - Coordenadoria de Comissão		DAS 3
22.3 - Coordenadoria de Comissão		DAS 3
22.4 - Coordenadoria de Comissão		DAS 3
22.5 - Coordenadoria de Comissão		DAS 3
22.5.1 - Serviço de Apoio Técnico		FG
23 - Subsecretaria de Tecnologia da Informação		
23.1.1 - Serviço de Suporte Operacional		FG
23.1.2 - Serviço de Controle de Processos		FG
24 - Polícia Legislativa		
24.1 - Serviço de Segurança		DAS 3

24.1 - Serviço de Segurança	FG
24.2 - Serviço de Apoio Operacional	FG
25 - Coordenadoria de Relações Públicas e Cerimonial	DAS 3
25.1.1 - Serviço de Apoio Operacional	FG
26 - Comissão Permanente de Licitação	GE
26.1.1 - Serviço de Apoio Operacional	FG
26.1.2 - Serviço de Controle de Processos	FG

ANEXO XIV
FUNÇÕES GRATIFICADAS

DENOMINAÇÃO	FG
1 - GABINETE DA PRESIDÊNCIA	
Serviço de Apoio Parlamentar	02
Serviço de Apoio Administrativo	02
2 - GABINETE DA 1ª VICE-PRESIDÊNCIA	
Serviço de Apoio Parlamentar	02
3 - GABINETE DA 1ª SECRETARIA	
Serviço de Apoio Parlamentar	02
Serviço de Apoio Administrativo	02
4 - GABINETE DA 2ª SECRETARIA	
Serviço de Apoio Parlamentar	02
Serviço de Apoio Administrativo	02
5 - SECRETARIA EXECUTIVA	
Serviço de Apoio Operacional	03
6 - SECRETARIA ADJUNTA	
Serviço de Apoio Administrativo	02
7 - SECRETARIA ADJUNTA	
Serviço de Apoio Técnico	02
8 - CONSULTORIA GERAL DA MESA	
Assistência de Gabinete	02
Serviço de Apoio ao Plenário	03
Serviço de Auxílio e Som	01
9 - ACESSORIA ESPECIAL DA MESA DIRETORA	
Serviço de Apoio Operacional	03
10 - ACESSORIA ESPECIAL DA MESA DIRETORA	
Serviço de Pesquisas Temáticas	03
11 - CONSULTORIA LEGISLATIVA	
Serviço de Pesquisas Temáticas	03
Serviço de Pesquisas Jurídicas	03
12 - CONTROLADORIA	
Serviço de Controle, Informações e Dados	03
13 - SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS	
Serviço de Análise e Controle de Verba Indenizatória	02
14 - ESCOLA DO LEGISLATIVO	
Serviço de Suporte Técnico ao Interfólio	01
Serviço de Videoconferências	01
15 - SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS	
Serviço de Suporte Operacional	01
Serviço de Cadastro e Controle de Pessoal	03
Serviço de Pesquisas de Dados Funcionais	03
Serviço de Pagamento	03
Serviço de Ambulatório Médico	01
16 - SUBSECRETARIA DE PATRIMÔNIO E SERVIÇO	
Serviço de Apoio Operacional	03
Serviço de Manutenção	01
Serviço de Arquivo	02
Serviço de Telefonia	02
Serviço de Protocolo e Distribuição de Correspondência	03
Serviço de Cadastro de Bens	01
Serviço de Almoxarifado e Compras	01
16 - SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADE E COMUNICAÇÃO SOCIAL	
Serviço de Imprensa e Projeto de Anais	01
Serviço de Digitação e Revisão	01
Serviço de ApANHamento, Aquilatório e Revisão de Debates	01
Serviço de Jornalismo	02
15 - SUBSECRETARIA DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS	
Serviço de Apoio Técnico	02
15 - SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
Serviço de Suporte Operacional	01
Serviço de Controle de Processos	01
17 - POLÍCIA LEGISLATIVA	
Serviço de Segurança	01
Serviço de Apoio Operacional	03
18 - COORDENADORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS E CERIMONIAL	
Serviço de Suporte Operacional	01
19 - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	
Serviço de Suporte Operacional	01
Serviço de Controle de Processos	03

Art. 2º Acrescente à Lei n. 1.566, de 2004, Anexo XV, com o seguinte teor:


ANEXO XV
CARGOS DE DIREÇÃO E ACESSORAMENTO ESPECIAL

DENOMINAÇÃO	QUANTITATIVO	VALOR R\$
Atua	01	8.585,00
Atua;	02	
Atua; e	01	
Atua;	01	7.726,00
Atua;	06	
Atua;	01	
Atua;	03	
Atua;	02	6.669,00

Art. 3º Fica revogado o Parágrafo único do art. 11, o art. 13 e o § 2º do art. 15 da Lei n. 004, e a Lei n. 1.663, de 19 de agosto de 2005.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "Milton de Mattos Rocha"
Em 17 de abril de 2007


JAREZ LEITÃO
Secretário


Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Presidente


Deputado ELSON SANTIAGO
2º Secretário

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADES

Ata da 21ª Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura.

Realizada em 18 de abril de 2007.

Presidência: Deputado Edvaldo Magalhães

Secretaria: Deputado Nogueira Lima

Às dez horas e quinze minutos, sob a Presidência do Deputado Edvaldo Magalhães, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre: secretariada pelo Deputado Nogueira Lima, Secretário em exercício, presentes os Deputados Chico Viga, Juarez Leitão, Mazinho Serafim, Naluh Gouveia, Perpétua de Sá e Taumaturgo Lima, do Partido dos Trabalhadores - PT; Moisés Diniz, do Bloco Popular Republicano - BPR; Antônia Sales e Chagas Romão, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB; Donald Fernandes e Luiz Gonzaga, do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB; Elson Santiago e Maria Antonia, do Partido Progressista - PP; Delorgem Campos e Walter Prado, do Partido Socialista Brasileiro - PSB; Idalina Onofre, do Partido Popular Socialista - PPS; José Luís, do Partido da Mobilização Nacional - PMN; Luiz Calixto, do Partido Democrático Trabalhista - PDT; Zé Carlos, do Partido Trabalhista Nacional - PTN; Gilberto Diniz, do Partido Trabalhista do Brasil - PT do B; ausentes os Deputados Francisco Cartaxo e Helder Paiva, foram abertos os trabalhos da presente Sessão e dado o adiantado da hora, foi considerada lida e aprovada a Ata da Sessão anterior. O Expediente do Dia constou de Projeto de Lei n. 09/2007, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, que "Institui, no âmbito do Estado do Acre, o Programa: uma Criança, uma Árvore"; Moção de Aplauso n. 03/2007, acompanhada de justificativa, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, que apresenta "Moção de Aplauso aos 50 (cinquenta) anos de fundação da Escola de Ensino Fundamental e Médio Henrique Lima"; Of.n.020/2007, da Comissão Interdistrital, encaminhando o manifesto pelo movimento popular pela emancipação da Ponta do Abunã, elaborado pelas lideranças dos distritos que compõem a referida região; OFÍCIO CIRC/ACREDATA N. 02, do Senhor Luiz Carlos Simão Paiva, Diretor Presidente da Empresa de Processamento de Dados do Acre/SA, solicitando que seja enviada a ficha de frequência do empregado Vanderlindo Nogueira, referente ao mês de fevereiro/2007, até o dia 30.04.07; Ofício n. 56-07-0015195-PGE/PJ, do Senhor Cristovam Pontes de Moura, Procurador do Estado, solicitando informações sobre envio de dados da Senhora Jamilyna de Freitas e Silva a Receita Federal; TCE-ACRE/SS/OF/N. 225/07, do Cons. José Eugênio de Leão Braga, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Acre, encaminhando cópia do Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Estado do Acre, relativo ao exercício de 2003; TCE-ACRE/SS/OF/N. 264/07, do Cons. José Eugênio de Leão Braga, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Acre, encaminhando cópia do Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Estado do Acre, relativo ao 4º trimestre de 2003; TCE-ACRE/SS/OF/N. 265/07, do Cons. José Eugênio de Leão Braga, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Acre, encaminhando cópia do Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Estado do Acre, relativo ao 1º trimestre de 2004; TCE-ACRE/SS/OF/N. 273/07, do Cons. José Eugênio de Leão Braga, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Acre, encaminhando cópia do Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Estado do Acre,

relativo ao 1º trimestre de 2003. TCE-ACRE/SS/OF/N. 274/07, do Cons. José Eugênio de Leão Braga, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Acre, encaminhando cópia do Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Estado do Acre, relativo ao 3º trimestre de 2003. Em **Questão de Ordem**, o Deputado **Luiz Calixto**, solicitou que a Mesa Diretora, encaminhasse ao Jornal Página 20 e a TV - 5, nota dando ciência que não houve Sessão Extraordinária para votar as matérias apresentadas na Sessão anterior. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, falou ao Deputado **Luiz Calixto** que já tinha tomado conhecimento da notícia e que tomara as providências. Dando continuidade, falou que a Sessão de hoje seria para debater a questão da Saúde e solicitou aos líderes dos partidos que conduzissem o Dr. Osvaldo Leal, Secretário de Saúde, e sua equipe ao plenário. (PAUSA) Na sequência o Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, convidou para compor a Mesa, o Dr. Osvaldo Leal, a Dra. Rosa Nakamura e o Dr. Thor, e passou a palavra ao Dr. **Osvaldo Leal**, Secretário de Saúde, aos Deputados **Luiz Calixto**, Líder do PDT e **Juarez Leitão**, do PT. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, registrou a presença do Secretário Municipal de Saúde, Dr. Eduardo Farias. Dando continuidade usou da palavra o Deputado **Donald Fernandes**, Líder do PSDB; A seguir o Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, passou a palavra ao Dr. **Osvaldo Leal**, para responder aos questionamentos feitos pelos Deputados **Luiz Calixto**, **Juarez Leitão** e **Donald Fernandes**, dando continuidade passou a palavra ao Dr. **Thor Dantas**, Diretor-Presidente da Fundação Hospitalar; aos Deputados **Luiz Calixto**, Líder do PDT; **Donald Fernandes**, Líder do PSDB; **Juarez Leitão**, do PT. Em **Questão de Ordem**, o Deputado o **Taumaturgo Lima**, perguntou, se não seria possível, com a anuência dos Parlamentares, a redução do tempo de fala dos oradores para que todos pudessem colobar sua posição perante a vinda do Secretário. Em **Questão de Ordem**, o Deputado **Walter Prado**, falou que o dia era longo e o debate era importante para a população. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, disse que iria manter as inscrições, mas gostaria de reduzir o tempo da intervenção e adotou a seguinte metodologia: reduziria o tempo das indagações para cinco minutos e em seguida passaria a palavra ao Secretário. Em **Questão de Ordem**, o Deputado **Nogueira Lima**, concordou com a redução do tempo, pois assim o Secretário poderia responder todos os questionamentos. Dando continuidade, o Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, passou a palavra aos Deputados **Antônia Sales**, do PMDB; **Idalina Onofre**, Líder do PPS; **Walter Prado**, do PSB. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, passou a palavra ao Dr. **Osvaldo Leal** e ao Dr. **Thor Dantas**, para responderem aos questionamentos feitos pelos Deputados **Antônia Sales**, **Idalina Onofre** e **Walter Prado**. A seguir o Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, prorrogou a Sessão pelo tempo necessário. (PAUSA) Dando continuidade usaram da palavra os Deputados **Chagas Romão**, Líder do PMDB; **Naluh Gouveia**, do PT; **Delorgem Campos**, Líder do PSB. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, passou a palavra ao Dr. **Osvaldo Leal** e ao Dr. **Thor Dantas**, para responderem aos questionamentos feitos pelos Deputados **Chagas Romão**, **Naluh Gouveia** e **Delorgem Campos**. O Senhor Presidente passou a palavra ao Deputado **Delorgem Campos**, Líder do PSB, para concordar ou não com o que foi exposto. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, comunicou ao Deputado **Delorgem Campos**, que o tempo destinado ao Parlamentar, seria para que pudesse fazer suas considerações. Na sequência usaram da palavra os Deputados, **Taumaturgo Lima**, Líder do PT; **José Luís**, Líder do PMN; **Nogueira Lima**, Líder do DEM; **Moisés Diniz**, Líder do BPR. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, agradeceu ao Deputado **Moisés Diniz** e falou que em função do horário regimental, gostaria de fazer um pacto com todos os Parlamentares, pois ainda tinham duas Deputadas inscritas, então concederia a palavra às nobres Deputadas e depois ouviriam as considerações do Secretário de Saúde e do Diretor-Presidente da Fundação Hospitalar. Dando continuidade usaram da palavra as Deputadas **Maria Antonia**, Líder do PP e **Perpétua de Sá**, do PT. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, agradeceu a Deputada **Perpétua de Sá**, e falou que até hoje, na história recente da Assembléia, nunca houve um debate com um Secretário ou uma equipe do Governo, sem que não tenham sido convocados pela Assembléia e registrou também que hoje às 14 horas ainda havia dois terços dos Deputados em plenário. Dando continuidade usaram da palavra o Senhor **Osvaldo Leal**, Secretário de Saúde, o Dr. **Thor Dantas**, Diretor-Presidente da Fundação Hospitalar, para que pudessem fazer suas considerações finais. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, agradeceu a presença do Secretário de Saúde, do Dr. **Thor Dantas**, Diretor-Presidente da Fundação Hospitalar, da Senhora **Rosa Nakamura** e do vice-Prefeito e Secretário de Saúde Municipal, **Eduardo Farias**. E nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, encerrou a presente Sessão Ordinária às treze horas e trinta e cinco minutos, convocando outra Sessão para dia e hora regimental. E, para constar, eu, **Edvaldo Magalhães**, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

Presidente

1º Secretário

2º Secretário

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADES

Ata da 22ª Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura.

Realizada em 19 de abril de 2007.

Presidência: Deputado **Edvaldo Magalhães**

Secretaria: Deputado **Walter Prado**

Às dez horas e treze minutos, sob a Presidência do Deputado **Edvaldo Magalhães**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre; secretariada pelo Deputado **Walter Prado**, Secretário em exercício, presentes os Deputados **Chico Viga**, **Juarez Leitão**, **Mazinho Serafim**, **Naluh Gouveia**, **Perpétua de Sá**, do Partido dos Trabalhadores - PT; **Antônia Sales**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB; **Donald Fernandes** e **Luiz Gonzaga**, do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB; **Elson Santiago** e **Maria Antonia**, do Partido Progressista - PP; **Delorgem Campos**, do Partido Socialista Brasileiro - PSB; **Nogueira Lima**, do Democratas - DEM; **Idalina Onofre**, do Partido Popular Socialista - PPS; **José Luís**, do Partido da Mobilização Nacional - PMN; **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista - PDT; **Zé Carlos**, do Partido Trabalhista Nacional - PTN; **Gilberto Diniz**, do Partido Trabalhista do Brasil - PT do B, ausentes os Deputados **Francisco Cartaxo**, **Taumaturgo Lima**, **Moisés Diniz**, **Helder Paiva** e **Chagas Romão**, foram abertos os trabalhos da presente Sessão e dado o adiantado da hora, foi considerada lida e aprovada a Ata da Sessão anterior. O Expediente do Dia constou de **Indicação n. 23/2007**, acompanhada de Justificativa, da Deputada **Naluh Gouveia**, solicitando ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Acre, **Arnóbio Marques de Almeida Júnior**, a fim de que seja viabilizado junto ao Secretário de Segurança Pública, **Antonio Monteiro Neto**, sobre assunto referente a denúncia de violência no Município de **Plácido de Castro**. **Indicação n. 24/2007**, acompanhada de justificativa, do Deputado **Delorgem Campos**, solicitando que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Acre, **Arnóbio Marques**, no sentido de viabilizar junto aos órgãos competentes, a implantação

- 1) **Dados pessoais:**
Nome: Flavio Rogério Silva dos Santos
Data do nascimento: 16/12/88
Naturalidade: Rio Branco/AC
Nacionalidade: brasileiro estado civil: solteiro
Filiação: Pai Francisco Ferreira dos Santos
Mãe: Arlete Alab da Silva dos Santos
Endereço: Rua Armando Gama
Bairro: Ireta Vargas
Casa: 113
CEP: 69918-911 Rio Branco-AC
Telefone: (68)3227-4346
- 2) **Dados de identificação:**
Carteira de identidade: nº 465722-SSP-AC
CPF: nº 88337340215
Carteira de trabalho: nº 157798; serie: 00004; uf: AC
- 3) **Escolaridade:**
Ensino Primário: Natalino da Silveira Brito
Ensino Fundamental: Escola Colégio Acreano
Ensino Médio: Colégio Estadual Barão de Rio Branco
- 4) **Estágio:**
- 5) **Conhecimento de idiomas estrangeiros:**
- 6) **Participação em congresso, seminários e outros:**
- 7) **Curso de especialização ou concurso:**
Informática Básica: Word, Excel, Windows, Power Point, Access, Internet, Word Pad e Digitação.
Secretariado Básico executivo.
Manutenção de micro
- 8) **Trabalhos elaborados:**
- 9) **Ocupações profissionais anteriores:**

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

Presidente: Francisco Cartaxo PT
Vice-Presidente: Moisés Diniz BPR

Titulares:
Deputados: Taumaturgo Lima PT
Delorgem Campos PSB
Luiz Calixto PDT

Suplentes:
Deputados: Francisco Viga PT
Naluh Gouveia PT
Helder Paiva BPR
Walter Prado PSB
Chagas Romão PMDB

Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Presidente: Deputado Delorgem Campos PSB
Vice-Presidente: Deputado Francisco Viga PT

Titulares:
Deputados: Taumaturgo Lima PT
Helder Paiva BPR
Chagas Romão PMDB

Suplentes:
Deputados: Francisco Cartaxo PT
Perpétua de Sá PT
Moisés Diniz BPR
Walter Prado PSB
Luiz Calixto PDT

Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO

Presidente: Deputado Nogueira Lima PFL
Vice-Presidente: Deputado Taumaturgo Lima PT

Titulares:
Deputados: Perpétua de Sá PT
Moisés Diniz BPR
Donald Fernandes PSDB

Suplentes:
Deputados: Francisco Viga PT
Naluh Gouveia PT
Helder Paiva BPR
Antônia Sales PMDB
Luiz Gonzaga PSDB

Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

Presidente: Deputado Gilberto Diniz PT do B
Vice-Presidente: Deputado José Carlos PTN

Titulares:
Deputados: Francisco Cartaxo PT
Mazinho Serafim PT
José Luís PMN

Suplentes:
Deputados: Taumaturgo Lima PT
Francisco Viga PT
Nogueira Lima PFL

Suplentes: Donald Fernandes PSDB

Deputados: Perpétua de Sá PT
Helder Paiva BPR
Nogueira Lima PFL
Gilberto Diniz PT do B
Luiz Gonzaga PSDB

Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Presidente: Deputada Naluh Gouveia PT
Vice-Presidente: Deputada Antônia Sales PMDB

Titulares:
Deputados: Moisés Diniz BPR
Maria Antônia P
Luiz Gonzaga PSDB

Suplentes:
Deputados: Perpétua de Sá PT
Helder Paiva BPR
Walter Prado PSB
Luiz Calixto PDT
Donald Fernandes PSDB

Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Presidente: Deputado Helder Paiva BPR
Vice-Presidente: Deputada Perpétua de Sá PT

Titulares:
Deputados: Idalina Onofre PPS
José Carlos PTN
Nogueira Lima PFL

Suplentes:
Deputados: Francisco Cartaxo PT
Chagas Romão PMDB
Moisés Diniz BPR
José Luís PMN
Luiz Calixto PDT

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Walter Prado PSB
Vice-Presidente: Deputado Gilberto Diniz PT do B

Titulares:
Deputados: Francisco Viga PT
Nogueira Lima PFL
Maria Antônia P

Suplentes:
Deputados: Mazinho Serafim PT
Delorgem Campos PSB
Moisés Diniz BPR
Taumaturgo Lima PT
Francisco Cartaxo PT

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Presidente: Deputado José Luís PMN
Vice-Presidente: Deputado Chagas Romão PMDB

Titulares:
Deputados: Francisco Cartaxo PT
Helder Paiva BPR
Delorgem Campos PSB

Suplentes:
Deputados: Naluh Gouveia PT
Moisés Diniz BPR
Walter Prado PSB
Idalina Onofre PPS
Gilberto Diniz PT do B

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO AGRÁRIA, FOMENTO,

RURÁLIA,
MEIO AMBIENTE

B

PT
BPR
PMDB
PTN
PSDB

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DIÁRIO DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO ACRE

Supervisão Geral:

Solônidas Nascimento Maia

Secretário Executivo

Editado pela:

Subsecretaria de Publicidades

Diretor Responsável:

Carlos Augusto Coelho de Farias

Inscrição DRT/AC/Nº. 03/97

Coordenadora de Redação e Revisão de Atas:

Maria Aparecida Jardim Rodrigues

Apoio:

Coordenadoria de Comunicação Social
Composto e Impresso na Gráfica Globo Ltda.

Endereço: Av. Ceará - 3.335.